

Omni
Banco S.A.

**Demonstrações financeiras do
semestre findo em 30 de junho de 2020**

Relatório da Administração

Srs. Acionistas

Submetemos à vossa apreciação as demonstrações financeiras do Omni Banco S.A (“Banco” ou “Instituição”), acompanhado do relatório dos auditores independentes referente ao semestre findo em 30 de Junho de 2020.

Sobre o Banco

O Omni Banco S.A (“Banco ou Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira comercial e de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 30 de Junho de 2020 o Omni Banco S. A. possui ativos totais de R\$ 3,0 bilhões, sendo R\$ 560 milhões de carteira de crédito líquida de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito composta principalmente por empréstimos e financiamentos e receitas de intermediação financeira de R\$ 167,6 milhões.

O patrimônio líquido do semestre fechou em R\$ 238,1 milhões (R\$ 143,6 milhões em Dez/2019).

O lucro líquido do semestre é R\$ 94,4 milhões (R\$ 10,4 milhões em Jun/2019).

São Paulo, 24 de setembro de 2020

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do
Omni Banco S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Omni Banco S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Omni Banco S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de setembro de 2020.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Giuseppe Masi
Contador CRC 1SP176273/O-7

Omni Banco S.A.

Balço patrimonial em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais)

<u>Ativo</u>	<u>Nota</u>	<u>06.2020</u>	<u>12.2019</u>	<u>Passivo</u>	<u>Nota</u>	<u>06.2020</u>	<u>12.2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4	361.235	617.473	Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos	11.a	2.687.695	2.374.324
Instrumentos financeiros		2.381.482	1.768.491	Instituições financeiras		20.873	115.829
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.684.726	1.507.449	Depósitos		2.028.753	1.750.243
Títulos e valores mobiliários	6	41.646	41.418	Relações interfinanceiras		431	-
Relações interfinanceiras	4	15.032	6.344	Letras financeiras		436.661	425.061
Operações de crédito	7	640.078	213.280	Letras financeiras - Linhas Temporárias Especiais de Liquidez		115.226	-
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(80.561)	(56.279)	Dívidas subordinadas		85.751	83.191
Créditos tributários		145.846	55.414	Provisões		44.961	44.955
Outros ativos		149.842	158.942	Contingências	12.b	44.961	44.955
Outros ativos	9.a	149.842	158.942	Outros passivos	9	19.233	14.346
Investimentos em participações em Controladas	10	32.240	33.951	Resultados de exercícios futuros	13	1.060	1.785
Imobilizado de uso		125	125	Patrimônio líquido	14	238.089	143.646
(-) Depreciações e amortizações		(44)	(31)	Capital Social de domiciliados no país		80.000	80.000
Intangível		38.950	38.950	Reservas de lucros		158.092	63.648
(-) Depreciações e amortizações		(38.077)	(37.980)	Outros resultados abrangentes		(3)	(2)
Total do ativo		2.991.038	2.579.056	Total do passivo		2.991.038	2.579.056

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni Banco S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

(em milhares de reais - exceto lucro por ação)

	Nota	Semestres	
		06.2020	06.2019
Receitas da intermediação financeira		167.618	118.690
Operações de crédito	7.e	106.841	68.712
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.d	52.000	49.978
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		8.777	-
Despesas da intermediação financeira		(113.980)	(77.005)
Operações de captação no mercado	11.b	(70.156)	(58.190)
Operações de empréstimos e repasses	11.b	(226)	-
Desconto Concedido		(43.598)	(18.815)
Resultado bruto da intermediação financeira		53.638	41.685
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(11.819)	(25.008)
Outras receitas operacionais		9.555	6.247
Receitas de prestação de serviços		7.850	6.073
Resultado de participação em controlada	10	(1.711)	(855)
Outras receitas operacionais	18	3.416	1.029
Outras Despesas Operacionais		(46.161)	(31.965)
Despesas de pessoal		(3.679)	(2.335)
Outras despesas administrativas	17	(27.230)	(21.493)
Despesas tributárias		(2.277)	(2.343)
Outras despesas operacionais	19	(12.975)	(5.794)
Despesas de provisões		(6)	6.195
Provisões para Contingências	12.b	(6)	6.195
Resultado operacional		5.207	(2.846)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		5.207	(2.846)
Imposto de renda e contribuição social	15	89.237	13.280
Provisão para imposto de renda		(658)	-
Provisão para contribuição social		(536)	-
Ativo fiscal diferido		90.431	13.280
Lucro líquido do semestre		94.444	10.434
Lucro líquido do semestre por ação em R\$		0,11139	0,01231
Número de ações		847.833	847.833

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni Banco S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019 (em milhares de reais - exceto lucro por ação)

	Semestres	
	06.2020	06.2019
Lucro líquido do semestre	94.444	10.434
Ajustes de avaliação patrimonial	(1)	13
Resultado abrangente do semestre	94.443	10.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni Banco S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

(em milhares de reais)

	Reserva			Ajuste de Patrimonial	Lucros/ Prejuízos Acumulados	Total
	Capital Social	Legal	Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	80.000	2.420	45.974	(42)	-	128.352
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	13	-	13
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	10.434	10.434
Destinações do lucro:						
Reserva Legal	-	522	-	-	(522)	-
Reserva de Lucro	-	-	9.912	-	(9.912)	-
Saldos em 30 de junho de 2019	80.000	2.942	55.886	(29)	-	138.799
Saldos em 31 de dezembro de 2019	80.000	3.183	60.465	(2)	-	143.646
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(1)	-	(1)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	94.444	94.444
Destinações do lucro:						
Reserva Legal	-	4.722	-	-	(4.722)	-
Reserva de Lucro	-	-	89.722	-	(89.722)	-
Saldos em 30 de junho de 2020	80.000	7.905	150.187	(3)	-	238.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni Banco S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

(em milhares de reais)

	Semestres	
	2020	2019
Atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	94.444	10.434
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais	(75.592)	6.401
Depreciações e amortizações	109	13
Provisão/(reversão) de passivos contingentes	6	(6.195)
Ativo fiscal diferido	(90.431)	(13.280)
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.194	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.819	25.008
Resultado de participação em controladas	1.711	855
Lucro líquido ajustado	18.852	16.835
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	(591.428)	(346.397)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(177.277)	(325.787)
Títulos e valores mobiliários	(229)	(19.627)
Relações interdependências e interfinanceiras	(8.688)	(4.907)
Operações de crédito	(414.335)	5.525
Outros ativos	9.101	(1.601)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	316.338	462.726
Depósitos	183.554	282.976
Relações interdependências e interfinanceiras	431	500
Letras financeiras	126.826	154.148
Outras passivos	3.692	25.611
Letras financeiras subordinadas	2.560	-
Resultados de exercícios futuros	(725)	(509)
(=) Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais	(256.238)	133.164
Atividades de investimento		
Aumento da participação em controlada	-	(30.509)
(=) Caixa líquido proveniente nas atividades de investimento	-	(30.509)
Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(256.238)	102.655
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	617.473	402.893
No fim do semestre	<u>361.235</u>	<u>505.548</u>
Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(256.238)	102.655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM
30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Omni Banco S.A. (“Banco” ou “Instituição”), é uma instituição financeira de capital fechado, organizado sob a forma de banco múltiplo e está autorizado a operar com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. Em 3 de maio de 2017, o Banco Central do Brasil, por meio do Ofício nº 8008/2017, aprovou a transferência do controle acionário do Banco Pecúnia S.A. para a Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento. A operação foi devidamente concluída em 31 de maio de 2017.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de Dezembro de 2017 foi deliberada a alteração da razão social do Banco para Omni Banco S.A., tal deliberação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) em 16 de janeiro de 2018 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 14 de fevereiro de 2018.

No 1º primeiro semestre de 2019 o Banco adquiriu participação acionária na seguinte controlada direta no país:

	<u>Percentual de participação</u>	
Controladas diretas no país	30/06/2020	31/12/2019
Pagbem Serviços Financeiros e de Logística Ltda.	92,00%	92,00%

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras:

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/2019 e Circular Bacen nº 3.959/2019 foram incluídas nas Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). Desta forma, o Banco realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2020 atendendo aos requerimentos da respectiva circular, onde destacamos que as principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade (conforme art 5º da Circular Bacen nº 3.959/2019, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário); os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. Apresentamos a reconciliação dos saldos apresentados com modificações de saldos ou nomenclatura em períodos anteriores como segue:

Classificação do Cosif (Por Grupo)	Anterior	Atual	Nova classificação (Por Grupo)
Disponibilidades	111	111	Caixa e equivalentes de caixa
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.118.991	2.118.991	Instrumentos financeiros
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	45.224	45.224	Instrumentos financeiros
Relações interfinanceiras	8.358	8.358	Instrumentos financeiros
Operações de créditos	212.499	212.499	Instrumentos financeiros
Outros créditos	781	781	Instrumentos financeiros
(-) Provisão para devedores duvidosos	(56.279)	(56.279)	(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
Diversos	132.113	132.113	Outros Ativos
Diversos	55.414	55.414	Créditos Tributários
Outros valores e bens	26.829	26.829	Outros Ativos
Investimentos	33.951	33.951	Investimentos em participações em controladas e coligadas
Máquinas e Equipamentos	125	125	Imobilizado de uso
Depreciações Acumuladas	(31)	(31)	(-)Depreciações e amortizações
Ativos Intangíveis	38.950	38.950	Intagível
Amortização acumulada intangíveis	(37.980)	(37.980)	(-)Depreciações e amortizações
Total do Ativo	2.579.056	2.579.056	
Depósitos interfinanceiros	115.829	115.829	Instituições financeiras
Depósitos	1.737.644	1.737.644	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Operações por obrigações compromissadas	3.696	3.696	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Outros Depósitos	8.903	8.903	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Recursos de aceites e emissão de títulos	425.061	425.061	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Outras obrigações	14.346	14.346	Outros passivos
Outras obrigações	44.955	44.955	Provisões
Outras obrigações	83.191	83.191	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Resultado de exercícios futuros	1.785	1.785	Resultado de exercícios futuros
Capital social	80.000	80.000	Capital social
Reserva de lucros	63.648	63.648	Reservas de lucros
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	(2)	(2)	Outros resultados abrangentes
Total do Passivo	2.579.056	2.579.056	

Classificação anterior	Anterior	Atual	Nova Classificação por grupo
Receitas da intermediação financeira	167.618	167.618	Receitas da intermediação financeira
Operações de crédito	106.841	106.841	Operações de crédito
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	52.000	52.000	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8.777	8.777	Resultado com instrumentos financeiros derivativos
Despesas da intermediação financeira	(70.382)	(113.980)	Despesas da intermediação financeira
Operações de captação no mercado	(70.156)	(70.156)	Operações de captação no mercado
Operações de empréstimos e repasses	(226)	(226)	Operações de empréstimos e repasses
Outras despesas operacionais	-	(43.598)	Desconto Concedido
Resultado bruto da intermediação financeira	97.236	53.638	Resultado bruto da intermediação financeira
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.819)	(11.819)	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
Outras receitas /(despesas) operacionais	9.555	9.555	Outras Receitas Operacionais
Receitas de prestação de serviços	7.850	7.850	Receitas de prestação de serviços
Resultado de participações em controladas	(1.711)	(1.711)	Resultado de participações em controladas
Outras receitas operacionais	3.416	3.416	Outras receitas operacionais
Outras receitas /(despesas) operacionais	(89.759)	(46.161)	Outras Despesas Operacionais
Despesas de pessoal	(3.679)	(3.679)	Despesas de pessoal
Outras despesas administrativas	(27.230)	(27.230)	Outras despesas administrativas
Despesas tributárias	(2.277)	(2.277)	Despesas tributárias
Outras despesas operacionais	(56.573)	(12.975)	Outras despesas operacionais
Outras receitas /(despesas) operacionais	(6)	(6)	Despesas de provisões
Provisões para Contingências	(6)	(6)	Provisões para Contingências
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	5.207	5.207	Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação de minoritários
Imposto de renda e contribuição social	89.237	89.237	Imposto de renda e contribuição social
Provisão para imposto de renda	(658)	(658)	Provisão para imposto de renda
Provisão para contribuição social	(536)	(536)	Provisão para contribuição social
Ativo fiscal diferido	90.431	90.431	Ativo fiscal diferido
Lucro líquido do semestre	94.444	94.444	Lucro líquido do semestre
Lucro líquido por ação em R\$	0,4462	0,4462	Lucro líquido por lote de mil ações - R\$

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de setembro de 2020.

3. Descrição das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c. Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive os derivativos e créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.

d. Instrumentos financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

- I. **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
- II. **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
- III. **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Operações de crédito e Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A Administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. Com o objetivo de atenuar impactos da COVID-19 na economia, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.791/2020, flexibilizou de forma temporária a caracterização de um ativo problemático permitindo que situações de (i) incapacidade financeira da contraparte para honra da obrigação nas condições pactuadas e (ii) reestruturação da operação relativa à exposição, deixem de ser consideradas indicativos de que uma obrigação não será integralmente honrada. Essa flexibilização é válida para reestruturações de operações de crédito realizadas até 30 de setembro de 2020.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são calculadas de acordo com a classificação das operações mantidas na carteira da companhia em um dos nove diferentes níveis de risco (de AA a H). O aumento da provisão ocorre pela contabilização de novas provisões. As regras do Conselho Monetário Nacional (CMN) determinam a provisão mínima para cada nível de classificação, de 0% (para casos de operações que não se encontram em atraso) até 100% (para operações com mais de 180 dias em atraso).

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

e. Outros ativos

Despesas antecipadas

As despesas com comissões de intermediação de operações de crédito originadas até 01 de janeiro de 2015 são apropriadas de acordo com o prazo da fluência dos respectivos contratos. Nos casos de liquidação antecipada, baixa para prejuízo ou cessão sem retenção substancial de risco das operações de crédito que originaram as comissões, o montante da despesa antecipada relacionada a essas operações é reconhecida integralmente no resultado.

Bens não de uso próprio

Correspondentes a bens móveis disponíveis para a venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não recebidos. São ajustados a valor de mercado através de constituição de provisão de acordo com as normas vigentes.

f. Permanente

Investimentos

O investimento em empresa controlada está avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período.

h. Passivos

Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

Demais passivos

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do período.

i. Provisões

Os passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

Passivos contingentes - São reconhecidos contabilmente quando as opiniões da Administração e dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em nota explicativa.

Obrigações legais - São reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 120. A alíquota da CSLL utilizada no semestre de 2020 foi de 20% conforme legislação em vigor. A Emenda Constitucional n.º 103 publicada em 12 de novembro de 2019 altera a CSLL para 20% com vigência a partir de 01/03/2020. Os créditos tributários com projeção de realização a partir de março de 2020, foram constituídos em dezembro de 2019 conforme Circular n.º 3.171/2002 do Banco Central do Brasil.

k. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução n.º 3.059 de 31 de Dezembro de 2002 e na Resolução n.º 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.

Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Disponibilidades	86	111
Aplicações no mercado aberto	285.998	369.091
Aplicações em depósitos interfinanceiros	61.508	242.451
Relações com correspondentes	6.422	2.014
Carteira Própria	6.124	110
Vinculados a operações compromissadas	1.097	3.696
TOTAL	<u>361.235</u>	<u>617.473</u>

Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias, liquidez imediata ou apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Composição por prazo de vencimento

Prazo	<u>2020</u>	<u>2019</u>
A vencer de 3 a 12 meses	464.025	703.872
A vencer de 1 a 3 anos	1.045.856	737.347
A vencer de 3 a 5 anos	174.845	66.230
Total	<u>1.684.726</u>	<u>1.507.449</u>

No 1º semestre de 2020 o montante de R\$ 1.684.726 (R\$ 1.507.449 em dez/2019) é composto basicamente por Depósitos interfinanceiros.

As aplicações em Depósitos interfinanceiros referem-se às operações efetuadas entre partes relacionadas (Omni S.A., Crédito, Financiamento e Investimento e a Omni S.A. Arrendamento Mercantil) e são atualizadas até 147 % do CDI com vencimento até abril de 2025.

6. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por categoria, tipo de papel, valor de curva e de mercado

	2020		2019	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Títulos e Valores Mobiliários:				
Carteira Própria	16.559	16.559	21.921	21.921
Títulos disponíveis para venda	16.559	16.559	21.921	21.921
Letras financeiras do tesouro - LFT	1.065	1.065	21.921	21.921
Notas do Tesouro nacional - NTN_B	15.494	15.494	-	-
Quotas de Fundos de investimento	13.372	13.372	12.171	12.171
Quotas de fundos em direitos creditórios	13.372	13.372	12.171	12.171
Vinculados ao Banco Central	11.715	11.715	7.326	7.326
Títulos disponíveis para venda	11.715	11.715	7.326	7.326
Letras financeiras do tesouro - LFT	11.715	11.715	7.326	7.326
Total	41.646	41.646	41.418	41.418

Os Títulos descritos como vinculados ao Bacen são letras financeiras do tesouro – LFT, que visam dar garantia as operações de cartões do Omni Banco S.A.

O efeito da marcação a mercado dos títulos classificados na categoria “disponível para venda”, acarretou uma perda no montante de R\$ 1 (R\$ 27 em dez/2019), está registrado no patrimônio líquido na rubrica “ajuste de avaliação patrimonial”, líquido dos impostos.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC e os títulos privados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Composição por prazo de vencimento

	2020	2019
Até 1 ano	12.780	7.493
Acima de 1 ano	28.866	33.925
Total	41.646	41.418

c) Composição por emissor

	2020	2019
Títulos disponíveis para venda		
Privados - Fidc Pagbem	13.372	12.171
Públicos - Governo federal	28.274	29.247
Total	41.646	41.418

d) Resultado com títulos e valores mobiliários

	Semestres	
	2020	2019
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	49.626	48.944
Rendas de aplicação em quotas de fundos de investimento	1.206	221
Rendas de aplicação em letras financeiras do tesouro	1.168	813
Total	52.000	49.978

7. Operações de crédito

a) Tipo de operação:

	2020	2019
Empréstimos	135.311	80.173
Financiamentos	495.103	132.245
Títulos descontados	8.252	781
Títulos a receber	208	-
Conta garantida	-	81
Cheque especial	1.204	-
Total	640.078	213.280

A Instituição realizou aquisição de crédito no 1º semestre no montante de R\$ 427 milhões, sendo que R\$ 404 milhões foram com partes relacionadas. (0 em 2019).

b) Composição da carteira por setor de atividade:

Setor privado:	2020	2019
Comércio	117	616
Serviços	31.952	23.692
Pessoas físicas	606.847	185.159
Outros	1.162	3.813
Total	640.078	213.280

c) Composição da carteira por vencimento

Prazo:	2020	2019
Carteira vencida a partir de 15 dias (*)	79.309	64.175
Carteira a vencer até 3 meses	122.438	72.845
Carteira a vencer de 3 a 12 meses	212.567	67.153
Carteira a vencer de 1 a 3 anos	210.378	8.962
Carteira a vencer de 3 a 5 anos	15.386	145
Total	640.078	213.280

(*) Parcelas vencidas após 15 dias

d) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco e carteira adquirida

2020						
Nível	Empréstimos e Financiamentos	Outros Créditos - Diversos	%	Provisão	Provisão	
				Empréstimos e Financiamentos	Outros Créditos - Diversos	
AA	1.204	-	-	-	-	-
A	190.050	40	0,5	(950)	-	-
B	305.606	91	1	(3.056)	(1)	(1)
C	30.215	33	3	(906)	(1)	(1)
D	31.518	41	10	(3.152)	(4)	(4)
E	7.415	-	30	(2.225)	-	-
F	4.664	-	50	(2.332)	-	-
G	4.222	-	70	(2.955)	-	-
H	64.976	3	100	(64.976)	(3)	(3)
Total	639.870	208		(80.552)	(9)	(9)

2019						
Nível	Empréstimos e Financiamentos	Outros Créditos - Diversos	%	Provisão	Provisão	Outros
				Empréstimos e Financiamentos	Outros Créditos - Diversos	-
AA	81	-	-	-	-	-
A	68.118	146	0,5	(341)	(1)	(1)
B	60.158	272	1	(602)	(2)	(2)
C	11.408	135	3	(342)	(4)	(4)
D	12.922	221	10	(1.292)	(22)	(22)
E	4.214	2	30	(1.264)	(1)	(1)
F	3.989	1	50	(1.995)	-	-
G	4.000	-	70	(2.800)	-	-
H	47.609	4	100	(47.609)	(4)	(4)
Total	212.499	781		(56.245)	(34)	(34)

Abaixo segregação das carteiras de crédito adquiridas as quais já estão contempladas no quadro anterior

2020				2019			
Nível	Carteira Adquirida			Nível	Carteira Adquirida		
	Empréstimos	%	Provisão		Empréstimos	%	Provisão
A	137.397	0,5	(687)		-	0,5	-
B	258.638	1	(2.587)		-	1	-
C	7.462	3	(224)		-	3	-
D	109	10	(11)		-	10	-
E	18	30	(5)		-	30	-
G	13	70	(9)		-	70	-
H	23.237	100,0	(23.237)	H	13.050	100,0	(13.050)
Total	426.874		(26.760)	Total	13.050		(13.050)

e) Resultado das operações de crédito

Operações de crédito

	Semestres	
	2020	2019
Rendas de empréstimos	12.300	9.147
Rendas de financiamentos	31.245	36.549
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	63.296	23.016
Total	106.841	68.712

f) Créditos baixados como prejuízo

	Semestres	
	2020	2019
Créditos baixados como prejuízo¹		
Saldo inicial	2.581.312	860.223
Operações registradas como prejuízo	24.489	319.437
Operações registradas como prejuízo Carteiras Adquiridas	600	1.526.646
Renegociação *	(13.679)	(25.188)
Baixas de parcelas em prejuízo	(49.503)	(99.806)
Saldo Final	2.543.219	2.581.312

¹ As operações de créditos baixadas para prejuízo são registradas em contas de compensação

*Refere-se aos contratos renegociados que retornaram a carteira ativa

g) Recuperação de créditos baixados como prejuízo e Desconto concedido

Durante o semestre foram recuperados créditos anteriormente baixados contra provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 63.296 (R\$ 23.016 em jun/2019). No mesmo semestre os descontos concedidos somam R\$ 43.648 (R\$ 18.815 em jun/2019), vide nota 20.

h) Aquisição de carteiras

Durante o semestre, foram adquiridas operações de crédito de empréstimos e financiamentos classificados como “operação com transferência substancial dos riscos e benefícios”, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2020		Total adquirido
	Carteira de crédito ativa	Carteira de crédito não performada	
Valor principal carteira adquirida	426.274	600	426.874
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(26.160)	(600)	(26.760)
Valor contábil da carteira adquirida	400.114	-	400.114
Custo nas aquisições das carteiras	403.366	59	403.425
Montante pago nas aquisições	403.366	59	403.425

8.

PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
SALDO INICIAL	(56.279)	(171.656)
(+) Renegociação de carteira de crédito - não transita no resultado ⁽²⁾	(13.685)	(25.188)
(+) (Provisão) / Reversão constituída	(11.819)	(38.514)
(+) (Provisão) / Reversão constituída Carteira Adquirida ⁽¹⁾	(23.446)	(140.360)
(-) Baixas contra provisão ⁽³⁾	24.668	319.439
SALDO FINAL	(80.561)	(56.279)

(1) Refere-se a provisão sobre carteiras adquiridas no ano de 2020

(2) Em fevereiro de 2019 a Omni adotou a renegociação de carteira de crédito em prejuízo conforme Art.º 8 da Resolução 2682, representando um montante de R\$ 13.685. (R\$ 25.188 em dez/2019)

(3) Refere-se parcialmente as baixas de carteiras adquiridas no montante de R\$ 284. (R\$ 255.647 em dez/2019)

O montante de operações de crédito renegociadas no semestre de 2020 foi de R\$ 85.831 (R\$ 147.793 em dez/2019).

9. Outros ativos e outros passivos

a) Outros Ativos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Serviços prestados a receber	52	133
Adiantamentos e antecipações salariais	125	5
Adiantamentos por pagamentos de nossa conta	385	21
Devedores por depósitos em garantia - recursos trabalhistas	2.502	2.506
Devedores por depósitos em garantia - recursos fiscais	35.106	34.743
Devedores por depósitos em garantia - recursos cíveis	2.265	2.142
Impostos e contribuições a compensar	1.221	1.152
Custo na aquisição de carteiras	76.769	87.482
Devedores diversos - País	2.202	3.930
Direito de Uso E Suporte Sistema	295	-
Comissão S/Colocação Dpge	64	-
Despesa Antecipada - Auditoria Externa	195	-
Despesa Colocação Lc - Outros	1.219	1.698
Despesa Colocação Cdb - Deságio	13.099	9.608
Despesa Colocação Cdb	1	1
Bonus de Exclusividade	14.342	15.521
Total	<u>149.842</u>	<u>158.942</u>
Curto prazo	<u>37.754</u>	<u>44.066</u>
Longo prazo	<u>112.088</u>	<u>114.876</u>

b) Outras Passivos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Cobr. arrec. tributos assemelhados	3	85
Prov. Impostos e contib. s/ lucros	1.194	1.124
Impostos e contribuição a receber	2.493	517
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota explicativa n.º 16 a)	1.078	1.316
Contas a pagar	1.082	583
Provisão para pagamentos a efetuar - Despesas de Pessoal	727	1.053
Creditos a identificar	152	643
Valores a repassar - Prêmio de seguro	2.564	390
Comissão dos Agentes - Circular 3.738	1.080	685
Contas a pagar bandeira (Nacional) - Visa ¹	1.920	968
Contas a pagar lojista	-	593
Valores a creditar cartões Pré - Pago	1.781	2.370
Valores a repassar Operação de Crédito	4.493	3.942
Outros	666	77
Total	<u>19.233</u>	<u>14.346</u>
Curto prazo	<u>15.533</u>	<u>11.009</u>
Longo prazo	<u>3.700</u>	<u>3.337</u>

¹ Refere-se a valores a repassar para a Bandeira Visa de operações de cartão de crédito.

10. Investimentos

2020		2019	
Investidas		Investidas	
Descrição	Pagbem Serviços Financeiros e de Logística Ltda	Descrição	Pagbem Serviços Financeiros e de Logística Ltda
Saldo em 31.12.2019	33.951	Saldo em 31.12.2018	-
Patrimônio líquido da investida	33.951	Patrimônio líquido da investida	34.169
Resultado do semestre da investida	(1.859)	Resultado do exercício da investida	(218)
Percentual de participação	92,00%	Percentual de participação	92,00%
Aumento de capital	-	Aumento de capital	3.660
Equivalência patrimonial	(1.711)	Equivalência patrimonial	(218)
Saldo em 30.06.2020	32.240	Saldo em 31.12.2019	33.951

Em 30 de abril de 2019, o Banco adquiriu participação de 92% do Capital Social da empresa Pagbem Serviços Financeiros e de Logística Ltda. A empresa tem por objeto social, dentre outros, a administração de meio eletrônico de pagamento, conforme estabelecido na Lei nº 12.865/13, que dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento.

11. Depósitos

a. Abertura por prazo de vencimento

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total 2020	Total 2019
Instituições financeiras	-	20.873	-	-	-	20.873	115.829
Depósitos a vista	88.119	-	-	-	-	88.119	46.805
Depósitos a prazo	176.512	372.098	962.453	340.817	64.224	1.916.104	1.694.535
Outros depósitos (²)	24.530	-	-	-	-	24.530	8.903
Relações interfinanceiras	431	-	-	-	-	431	-
Letras financeiras (¹)	-	164.508	272.153	-	-	436.661	425.061
Letras financeiras Ltel - Lfg	-	115.226	-	-	-	115.226	-
Letras financeiras subordinadas	-	-	-	-	85.751	85.751	83.191
Total	289.592	672.705	1.234.606	340.817	149.975	2.687.695	2.374.324

(¹) Representam o valor de R\$ 436.661, negociados com valor máximo a taxa de 100% do CDI + 2% com vencimentos em 2021 e 2022.

(²) Os valores no montante de R\$ 24.530 refere-se aos saldos disponíveis de moedas eletrônicas

b. Despesas da intermediação financeira

	Semestres	
	2020	2019
Depósitos interfinanceiros	(706)	(609)
Depósitos a prazo	(56.691)	(52.587)
Despesas de operações compromissadas	(27)	(54)
Despesas com letras financeiras	(11.600)	(4.146)
Despesas com letras financeiras LFG	(226)	-
Descontos concedidos (1)	(43.598)	(18.815)
Outras despesas de captação	(1.132)	(794)
Total	(113.980)	(77.005)

(1) Os descontos concedidos em sua maioria refere-se as baixas relativas as aquisições de carteiras.

12. Provisão para passivos contingentes

O Banco é parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda do Banco com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender perdas decorrentes de processos judiciais.

a) Ativos contingentes: Em 30 de Junho de 2020 e de 31 de dezembro de 2019, não foram reconhecidos ativos contingentes, tampouco existem processos classificados como prováveis de realização.

b) Movimentação das provisões com processos judiciais, administrativos e obrigações legais:

	2020			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	41.369	873	2.713	44.955
Constituição	406	-	328	734
Reversão de provisão	-	-	(728)	(728)
Saldo final	41.775	873	2.313	44.961
	2019			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	46.957	1.447	2.160	50.564
Constituição	1.353	-	1.108	2.461
Reversão de provisão	(6.941)	(574)	(555)	(8.070)
Saldo final	41.369	873	2.713	44.955

O saldo de depositos judiciais associado as provisões soma R\$ 39.873 (R\$ 39.391 em Dez/2019)

c) Detalhamento das provisões e obrigações legais:

	2020			
	Obrigações fiscais e previdenciárias	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	TOTAL
Prováveis	41.775	873	2.313	44.961
TOTAL	41.775	873	2.313	44.961
	2019			
	Obrigações fiscais e previdenciárias	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	TOTAL
Prováveis	41.369	873	2.713	44.955
TOTAL	41.369	873	2.713	44.955

d) Perdas prováveis e Obrigações, Fiscais e Previdenciárias

IRPJ e CSLL – R\$ 23.277 (R\$ 23.037 em Dez/2019) - Refere-se ao questionamento sobre recolhimentos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, referente ao fato gerador ocorrido no ano-calendário de 1999. (artigo 72, inciso V, do ADCT - receita operacional bruta). Aguarda-se desfecho dos embargos opostos.

PIS – R\$ 1.307 (R\$ 1.295 em Dez/2019) - Reconhecimento do direito de recolher o PIS com base na Emenda Constitucional nº 17/97 (artigo 72, inciso V, do ADCT - receita operacional bruta) ao invés da Lei nº 9.718/98, até 30 de junho de 1999. Aguardando julgamento.

PIS – R\$ 6.669 (R\$ 6.626 em Dez/2019) - Refere-se ao questionamento declarando o direito de recolher o PIS, referente aos exercícios anteriores a 2000, apenas sobre as receitas de serviço. Conforme avaliação dos assessores legais do Banco a perda é possível, contudo os tributos estão provisionados como obrigação legal.

IRPJ 1992 – R\$ 1.894 (R\$ 1.860 em Dez/2019) - Visa à declaração da inexigibilidade do recolhimento das antecipações sobre o IRPJ referente ao exercício de 1992. Em 2009 havia provisão referente a CSLL, porém esta foi baixada em 2012, uma vez que foi verificado o comprovante de pagamento da mesma. O processo está aguardando julgamento do Recurso de apelação interposto pela União Federal no TRF da 3ª. Região.

IRPJ e CSLL 1990 – R\$ 8.628 (R\$ 8.551 em Dez/2019) - Visa à declaração da inexigibilidade do recolhimento das antecipações sobre o IRPJ referente ao exercício de 1990 uma vez que com a correção monetária do balanço não terá lucro tributável. O processo está aguardando julgamento do Recurso de apelação interposto pela União Federal no TRF da 3ª. Região.

Trabalhistas

São ações, na maioria, movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras”, e por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias.

Cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões pertinentes a empréstimos. As ações revisionais referem-se às operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas às causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados.

13.Resultado de exercícios futuros

Referem-se à operações de CDC Lojista, apropriadas “pro rata-temporis” de acordo com os prazos dos contratos no valor de R\$ 1.060 (R\$ 1.785 em Dez/19).

14.Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de Junho de 2020 o capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 80.000 (R\$ 80.000 em dez/2019), estava representado por 847.833.342 (847.833.342 em Dez/2019) ações ordinárias, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

c) Distribuição de lucros

Aos acionistas são assegurados 25% como dividendos mínimos obrigatórios, calculados sobre o lucro líquido anual, de acordo com a legislação societária.

15. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição do imposto de renda e contribuição social correntes:

Descrição	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
A - Resultado antes do imposto de renda, da contribuição social, deduzido dos Juros sobre Capital Próprio	5.207	5.207	(2.846)	(2.846)
Adições	84.505	84.505	41.525	41.525
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25.317	25.317	25.008	25.008
Provisão para contingências	734	734	1.404	1.404
Recuperação de prejuízo fiscal	3.354	3.354	-	-
Participação em controladas/ligadas	1.898	1.898	855	855
Recebimentos carteiras adquiridas	53.113	53.113	14.162	14.162
Outras adições	89	89	96	96
Exclusões	(85.884)	(85.884)	(39.956)	(39.956)
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	(13.498)	(13.498)	-	-
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	(63.296)	(63.296)	(23.016)	(23.016)
Realização de provisão para créditos de liquidação duvidosa - Lei nº 9.430	(8.175)	(8.175)	(9.341)	(9.341)
Reversão de provisão para contingências	(728)	(728)	(7.599)	(7.599)
Participação em controladas/ligadas	(187)	(187)	-	-
Lucro real antes da compensação	3.828	3.828	(1.277)	(1.277)
(-) Compensação de prejuízos fiscais	(1.148)	(1.148)	-	-
Lucro real após a compensação	2.680	2.680	(1.277)	(1.277)
Total de imposto de renda e contribuição social (i)	(658)	(536)	-	-
Dedução incentivos fiscais - Rouanet/FUMCAD/PRONOM	-	-	-	-
Dedução incentivos fiscais - PAT	-	-	-	-
Alíquota de 15%	(402)	(536)	-	-
Adicional 10%	(256)	-	-	-
Ativo fiscal diferido	50.136	40.295	8.300	4.980

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

Descrição	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo fiscal / Base negativa de CSLL (constituída)	185.334	185.334	-	-
Adições temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa a partir de 2018 (constituída)	137.940	137.940	122.715	122.715
Provisão para contingências a partir de 2019 (constituída)	824	824	837	837
Ajuste MTM - Marcação ao mercado - Disponível para venda (constituída)	5	5	3	3
Total das diferenças temporárias	324.103	324.103	123.555	123.555
Total do crédito tributário	81.026	64.821	30.889	24.525

Em 30 de Junho de 2020, os benefícios do imposto de renda (25%) e da contribuição social (20%), seriam respectivamente R\$ 81.026 (R\$ 30.889 em 2019) e R\$ 64.821 (R\$ 24.525 em 2019), conforme estabelece a Resolução nº 3.059 do Bacen.

A variação de Crédito Tributário (R\$ 84.134) em 30 de Junho de 2020, entre o Crédito Tributário de IRPJ/CSLL (R\$ 229.980), e a Nota Explicativa 16 d – Créditos Tributários (R\$ 145.846) é decorrente de Crédito Tributário “não constituído”, controlado na Parte B do Lalur, anterior a compra do Omni Banco S/A.

A Emenda Constitucional n.º 103 publicada em 12 de novembro de 2019 alterou a CSLL para 20% com vigência a partir de 01/03/2020. Os créditos tributários constituídos no período somam R\$ 5.992.

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da entidade e expectativas de resultados futuros, em atendimento às condições da Resolução nº 3.059/02 e 3.355/07 do BACEN e referem-se principalmente à Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL e às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social.

Expectativa de realização de créditos tributários para os próximos 10 anos

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Saldo inicial - Crédito tributário total	145.846	91.941	78.205	63.702	49.263	33.643	17.253	538	41	16
a. PCLD - créditos vencidos										
Saldo inicial	62.073	9.317	1.398	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)
Baixa de créditos vencidos	(52.756)	(7.919)	(1.398)	0	0	0	0	0	0	0
Saldo final	9.317	1.398	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)
b. Outros										
Saldo inicial	83.773	82.624	76.807	63.702	49.263	33.643	17.253	538	41	16
Expectativa de realização de outros créditos tributários	(1.149)	(5.817)	(13.105)	(14.439)	(15.620)	(16.390)	(16.715)	(497)	(25)	(16)
Saldo final	82.624	76.807	63.702	49.263	33.643	17.253	538	41	16	0
Saldo final - Crédito tributário total (a+b)	91.941	78.205	63.702	49.263	33.643	17.253	538	41	16	(0)
% Aproveitamento	36,96%	9,42%	9,94%	9,90%	10,71%	11,24%	11,46%	0,34%	0,02%	0,01%

R\$/mil // Fonte: Elaborado pelo autor

O montante mais relevante da análise, relativo ao crédito tributário sobre Prejuízo Fiscal/Base Negativa de CSLL, tem como expectativa de realização 8 anos. O crédito tributário referente a PCLD devido a dinâmica do negócio será realizado até 2022 mediante a baixa de créditos vencidos.

d) Movimentação dos créditos tributários

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2020
Prejuízo fiscal / Base negativa de CSLL a partir de 2020	-	85.531	(2.131)	83.400
Provisão para créditos de liquidação duvidosa a partir de 2018	55.078	11.393	(4.398)	62.073
Provisão para contingências a partir de 2019	335	70	(34)	371
Ajuste MTM - Marcação ao mercado - Disponível para venda	1	29	(28)	2
Total do crédito tributário	55.414	97.023	(6.591)	145.846

Para a constituição do "Crédito Tributário sobre Prejuízo Fiscal/Base Negativa CSLL" foi considerada a transferência do controle societário do Banco Pecúnia S.A (atual - Omni Banco S/A) em 2017, concomitante a Projeção de Lucro Real para os próximos 10 (dez) anos, suficiente para o aproveitamento do Crédito Tributário.

16. Transações com partes relacionadas

a) As transações com partes relacionadas estão assim resumidas:

Descrição	Nota Explicativa	1º Sem. 2020		2019	
		Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.727.175	45.549	1.754.033	38.624
Omni Crédito, Financiamento e Investimento		1.727.175	45.549	1.754.033	38.624
Outros ativos		29.186	715	24.837	529
Omni S.A Arrendamento Mercantil		19.060	410	19.677	529
Omni Crédito, Financiamento e Investimento		-	210	-	-
Vector Tecnologia e Serviços Ltda		5.415	45	5.160	-
Omni Corretora de Seguros Ltda		4.711	50	-	-
Total de Ativos e Receitas		1.756.361	46.264	1.778.870	39.153
Descrição	Nota Explicativa	Passivos	(Despesas)	Passivos	(Despesas)
Depósitos a vista		72.327	-	18.685	-
Agility Gestão e Cobrança Ltda		7.314	-	668	-
Omni Informática Ltda		1.749	-	863	-
Omni Companhia Securitizadora		2.024	-	559	-
Multibens Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros		24	-	139	-
Omni S.A Arrendamento Mercantil		5.453	-	2.260	-
Omni Crédito, Financiamento e Investimento		8.303	-	2.882	-
Pagbem Serviços Financeiros e de Logística Ltda		47.248	-	11.299	-
Mova Sociedade de Empréstimo entre pessoas S/A		212	-	15	-
Depósitos interfinanceiros		510	(21)	115.829	(609)
Omni Crédito, Financiamento e Investimento		-	-	114.019	(609)
Mova Sociedade de Empréstimo entre pessoas S/A		510	(21)	1.810	-
Depósito a prazo		29.630	(382)	14.095	(589)
Agility Gestão e Cobrança Ltda		614	(17)	2.312	(258)
Omni Informática Ltda		3.815	(66)	3.749	(102)
Omni Companhia Securitizadora		2.703	(101)	6.825	(194)
Multibens Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros		-	-	-	(35)
Pagbem Serviços Financeiros e de Logística Ltda		22.498	(198)	1.209	-
Outros Passivos		1.078	(6.780)	1.316	(3.295)
Omni Crédito, Financiamento e Investimento		1.078	(937)	1.316	(359)
Agility Gestão e Cobrança Ltda		-	(5.843)	-	(2.936)
Total de Passivos e Despesas		103.545	(7.183)	149.925	(4.493)

A Instituição realizou aquisição de crédito no 1º semestre no montante de R\$ 404 milhões (R\$ 0 em 2019). foram com partes relacionadas e o resultado foi R\$ 0 (R\$ 0 em 2019).

Operações de crédito com partes relacionadas:

Conforme a Resolução nº 4.693/18 do Banco Central do Brasil, instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições:

- As operações de crédito com partes relacionadas somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições.
- O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado, observados os seguintes limites máximos individuais:
 - 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e
 - 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

No semestre findo em 30 de Junho de 2020, ocorreram operações de crédito com partes relacionadas no montante de R\$ 10.127 (R\$ 5.160 em Dez/2019), conforme previsto pela Resolução nº 4.693/18.

b) Remuneração dos empregados e administradores:

De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

Os gastos com honorários da diretoria foram no montante de R\$ 382 (R\$ 158 em Jun/2019).

A Instituição concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não-monetários (assistência médica, vale alimentação e refeição).

A Instituição não concede benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros de longo prazo para os seus empregados.

c) Saldos com partes relacionadas:

Os saldos com partes relacionadas (acionistas, familiares, diretores e sociedades ligadas aos acionistas ou familiares) relativos à captação de recursos constantes nas rubricas de depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo e letras financeiras subordinadas totalizam R\$ 110.150 (R\$ 133.757 em Dez/2019), e são remunerados a uma taxa que varia entre 100% a 136% do CDI, de acordo com o prazo da aplicação.

O Omni Banco S.A (anterior denominação social Banco Pecúnia S.A.) efetua o ressarcimento à Omni Crédito, Financiamento e Investimento S.A referente a estrutura administrativa compartilhada. No 1º semestre de 2020 o montante de despesa a título de ressarcimento é de R\$ 933 (R\$ 311 em 2019).

I – Participação acionária:

A participação acionária da Omni S.A, Crédito, Financiamento e Investimento (Controladora) no Banco, em 30 de Junho de 2020, estava assim representada:

2020	Percentual de Participação Acionista %	2019	Percentual de Participação Acionista %
<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações ordinárias</u>
847.833.342	100	847.833.342	100
847.833.342	100	847.833.342	100

17. Outras despesas administrativas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas de água, energia e gás	(15)	(8)
Despesas de aluguéis	(380)	(118)
Despesas de comunicações	(451)	(292)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(81)	(39)
Despesas de material	(223)	(32)
Despesas de processamento de dados	(1.924)	(851)
Despesas de publicações	(82)	(41)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(2.729)	(3.172)
Despesas de serviços de terceiros	(11.627)	(9.550)
Despesas de serviços de cobrança	(5.017)	(3.267)
Despesas de serviços de consultoria/assessoria	(2.836)	(492)
Despesas com honorários advocatícios	(666)	(1.988)
Emolumentos judiciais e cartorários	(259)	(1.049)
Despesas de transporte	(10)	(12)
Despesas de viagem no país	(68)	(18)
Despesas de depreciação e amortização	(110)	(12)
Outras despesas administrativas	(752)	(553)
Total	(27.230)	(21.494)

18. Outras receitas operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Recuperação de encargos e despesas	1.633	186
Variações monetárias	362	745
Outras receitas	1.421	98
Total	3.416	1.029

19. Outras despesas operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas com juros e multas	-	(1)
Despesas com fraudes	(50)	-
Indenizações cíveis	(212)	(1.009)
Custo de aquisição de carteiras (1)	(12.076)	(4.562)
Outras despesas	(637)	(222)
Total	(12.975)	(5.794)

(1) Aumento do diferimento foi alavancado pelas aquisições de carteiras no ano de 2020 (vide nota 7 h)

20. Gerenciamento de riscos

a) Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, Mercado e Crédito:

O Conglomerado Econômico Financeiro da Omni, atendendo às disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.ºs 3.380/06, 3.464/07 e 3.721/09 e suas alterações, possui estrutura de Gerenciamento de Riscos Operacional, Mercado e Crédito, respectivamente, segregada das áreas de negócio e auditoria interna, bem como estão capacitadas a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar seus riscos, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados.

Todas as estruturas de Gerenciamento de Riscos são direcionadas para avaliação dos riscos de todas as linhas de negócio do seu Conglomerado Econômico Financeiro, bem como todos os produtos oferecidos, pautadas em políticas e procedimentos documentados.

Para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao Risco Operacional, a Omni adotou a Abordagem do Indicador Básico, conforme disposições do Art. 5º da Circular n.º 3.383, de 30 de abril de 2008, publicada pelo Banco Central do Brasil, sendo que o Conglomerado possui estrutura de capital suficientemente robusto para comportar sem maiores dificuldades a incorporação desta metodologia.

Em 30 de Junho de 2020 o Conglomerado Econômico Financeiro da Omni apresentou índice de Basileia de 13,38% (12,35% em Dez/2019).

Informações adicionais relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos da Omni estão disponíveis no Relatório de Gestão de Riscos, que poderá ser consultado no site da empresa (omnibanco.com.br) no prazo estabelecido pela Circular n.º 3.678/13.

21. Análise de vencimentos ativos e passivos:

	Omni Banco		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Ativo	1.305.139	1.685.899	2.991.038
Caixa e equivalentes de caixa	361.235	-	361.235
Instrumentos financeiros	906.150	1.475.332	2.381.482
Aplicações interfinanceiras de liquidez	464.024	1.220.702	1.684.726
Títulos e valores mobiliários	12.780	28.866	41.646
Relações Interfinanceiras	15.032	-	15.032
Operações de créditos	414.314	225.764	640.078
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	(80.561)	(80.561)
Créditos tributários	-	145.846	145.846
Outros Ativos	37.754	112.088	149.842
Investimentos em participações em Controladas e Coligadas	-	32.240	32.240
Imobilizado de uso	-	125	125
(-) Depreciações e amortizações	-	(44)	(44)
Intangível	-	38.950	38.950
(-) Depreciações e amortizações	-	(38.077)	(38.077)
Passivo	954.360	2.036.678	2.991.038
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos	937.767	1.749.928	2.687.695
Instituições financeiras	20.873	-	20.873
Depósitos	636.729	1.392.024	2.028.753
Relações Interfinanceiras	431	-	431
Dívidas subordinadas	-	85.751	85.751
Letras Financeiras	164.508	272.153	436.661
Letras Financeiras Ltel - Lfg	115.226	-	115.226
Provisões	-	44.961	44.961
Contingencias	-	44.961	44.961
Outros passivos	15.533	3.700	19.233
Fiscais e Previdenciários	3.691	-	3.691
Outros passivos	11.842	3.700	15.542
Resultados de Exercícios Futuros	1.060	-	1.060
Patrimônio líquido	-	238.089	238.089
Capital social	-	80.000	80.000
Reservas de lucros	-	158.092	158.092
Outros resultados abrangentes	-	(3)	(3)

22. Outras informações

O Governo Brasileiro por meio do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos, redução de compulsório e aspectos relacionados a capital.

Visando assegurar a continuidade dos negócios, preservar a vida e saúde dos clientes, colaboradores, familiares e dos parceiros comerciais, a Instituição tomou as seguintes medidas:

- Criação de um Comitê de Crise composto pelos membros da Instituição;

- Seguiu as recomendações da OMS e Ministério da Saúde para combate a pandemia;
- Viabilizou o home office para todos os seus colaboradores próprios e terceirizados sem definição de retorno as instalações da Instituição e provendo todo equipamento tecnológico e ergonômico, visando assim manter a alta performance desses, bem como o distanciamento social;
- Aderiu a MP nº 927 e a MP nº 936, que previam principalmente:
 - Flexibilização das férias dos colaboradores;
 - Tele trabalho;

Seguindo orientações do Banco Central, a Instituição implementou política temporária com iniciativas concretas para apoiar seus clientes que sofrem de problemas de liquidez em decorrência da Pandemia. Salienta-se que a Instituição mantém suas atividades sem prejuízo ao desenvolvimento de suas operações, estabelecendo estratégias para manutenção e oferta contínua de soluções financeiras ao mercado.

Por fim, foram adotadas medidas para contenção da COVID-19, bem como acompanhamento e avaliação dos impactos identificados desta pandemia em seus resultados, estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das Demonstrações Financeiras.

b) Evento subsequente:

A Administração da Instituição declara que não tem conhecimento de nenhum evento subsequente que tenha efeito relevante nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de Junho de 2020.

* * *

Diretoria

William Gouveia Lima
Contador CRC 1SP273890/O-0